

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

Diretor de Redação
Luiz Adolfo Pinheiro

Diretor Técnico
Ari Lopes Cunha

Diretor Comercial
Maurício Dinepi

28 SET 1990

CORREIO BRAZILIENSE

Orçamento Revisão urgente

Colapso da administração pública, com setores sociais indispensáveis já sob os efeitos perniciosos da falta de recursos, é para onde segue em ritmo acelerado o País caso a revisão do orçamento não seja procedida já, sem mais delongas. A ausência de suplementação orçamentária, pendente de decisão do plenário das duas Casas do Congresso, há dias atinge gravemente os serviços assistenciais de creches, asilos, hospitais e instituições correlatas estipendiadas pela União. Até mesmo aposentados e pensionistas poderão não ser pagos este mês, enquanto ações estratégicas começam a ser paralisadas em prejuízo dos programas de desenvolvimento e dos contingentes de mão-de-obra neles empregados.

Imposta para conferir realismo financeiro às contas oficiais, inteiramente desestruturadas em razão da inflação remanescente a março, a revisão orçamentária já foi aprovada pela Comissão Mista do Congresso e carece apenas de referendo do plenário. Acontece que, retidos nos estados em função da campanha eleitoral, deputados e senadores resistem à idéia de vir a Brasília votar a matéria. A própria Câmara, à míngua de disponibilidades orçamentárias, já cancelou o pagamento de diversas vantagens aos parlamentares, sem que o episódio animasse uma reversão de expectativas.

Ora, a Nação não pode parar por falta de uma lei que ordene a utilização raci-

onal dos recursos públicos. Sequer se sabe quando os mandatários legislativos, transposta a eleição de 3 de outubro, virão à capital da República cumprir os seus deveres, até porque será necessário acompanhar e fiscalizar as apurações. Um número significativo daqueles que não conseguirem renovar os mandatos já não se interessará pela sorte do orçamento. Está-se, portanto, diante de perspectivas não apenas inquietadoras, mas graves.

O presidente da República tem à sua disposição o instrumento constitucional adequado para livrar a Nação do impasse. É o instituto da medida provisória, através do qual, à vista da urgência e relevância da questão, pressupostos previstos na Carta, poderá ser decretada a revisão orçamentária. Aliás, dele já se serviu, em várias oportunidades, para praticar ações questionáveis sob o ponto de vista da urgência e da relevância. Em poucas ocasiões aquela alternativa constitucional poderia ser utilizada com tanta propriedade como agora.

Até mesmo o deputado João Alves, presidente da Comissão Mista que elaborou a proposta de revisão do orçamento, considera absolutamente apropriada a aplicação da medida provisória no caso vertente. O que não é possível é imobilizar a administração pública por tempo indeterminado e, nesse passo, acrescentar sacrifícios a pessoas e instituições já cronicamente atormentadas.